

REGULAMENTO DE TARIFAS ESPECÍFICO PARA O FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

1. Compete exclusivamente à autoridade portuária o fornecimento de energia elétrica dentro da área portuária sob sua jurisdição, bem como a definição das modalidades de fornecimento que se encontre em condições de praticar;
2. Nos casos em que a autoridade portuária não esteja habilitada a efetuar os fornecimentos, ou em situações especiais expressamente definidas, poderão outras entidades ser autorizadas a fazê-lo de acordo com condições a estabelecer;
3. Os fornecimentos que tenham caráter de continuidade serão previamente requeridos à autoridade portuária;
4. Os fornecimentos isolados serão efetuados mediante requisição;
5. Os ramais de ligação, quando inexistentes, e as baixadas, serão executados por conta dos requerentes, podendo também estes ser autorizados a executar os trabalhos diretamente desde que submetidos à orientação e sob a fiscalização dos serviços competentes da autoridade portuária;
6. As taxas de fornecimento de energia elétrica serão estabelecidas tendo em conta os preços de compra de energia elétrica que a APA, SA irá suportar no ano em curso, mediante a afetação dos respetivos preços por um fator multiplicativo (K_i) superior à unidade, de forma a que possam ser tidos em consideração: - o custo na origem; - os encargos com a construção e a manutenção das redes privativas; - as modalidades de fornecimento; - a natureza das instalações; - as perdas nos cabos, linhas e transformadores; - os encargos de administração;
7. Serão praticadas as seguintes modalidades de fornecimento:
 - 7.1 Baixa Tensão (BT):
 - 7.1.1 Potências contratadas até 41,4 kVA: - Tarifa simples e tri-horária;
 - 7.1.2 Potências contratadas acima de 41,4 kVA: - Tarifa tri-horária (médias utilizações);
8. Os fatores K_i a utilizar nos termos definidos em 6. para o cálculo das taxas referentes a fornecimentos de energia com caráter de continuidade, através de instalações permanentes fixas e por períodos superiores a 30 dias, serão os seguintes:

8.1 Baixa Tensão (BT) - Potências contratadas até 41,4 kVA (inclusive):	
<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-right: 10px;"> Permanente <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="font-size: 2em; margin-right: 5px;">{</div> <div> Geral $k_1 = 1,7$ Porto Pesca $k_2 = 1,3$ </div> </div> </div> </div>	
Permanente <div style="display: flex; align-items: center; margin-left: 10px;"> <div style="margin-right: 10px;">Docapesca</div> <div>$k_2 = 1,3$</div> </div>	
<div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="margin-right: 10px;"> Temporário <div style="display: flex; align-items: center;"> <div style="font-size: 2em; margin-right: 5px;">{</div> <div> Geral $k_3 = 2,00$ Porto Pesca $k_4 = 2,00$ </div> </div> </div> </div>	
- 8.2 Baixa Tensão (BT) - Potências contratadas superiores a 41,4 kVA:
 - 8.2.1 Para clientes com potências contratadas superiores a 41,4 kVA as taxas de fornecimento de energia elétrica serão afetadas de um fator multiplicativo $k_5 = 1,30$.
 - 8.2.2 Para os consumos de energia elétrica, atribuídos à Docapesca, as taxas referidas no ponto anterior serão bonificadas em 15%.
9. Para os clientes, com tarifa tri-horária e potência contratada acima de 41,4 kVA, o cálculo da potência tomada nas horas de ponta será feito tendo em conta um fator H_p . Este fator H_p tomará o valor de 110 ou 66 consoante o consumo se verifique no período de inverno (de janeiro a março e de outubro a dezembro) ou de verão (abril a setembro), respetivamente.
10. O fornecimento com caráter de continuidade a instalações permanentes fixas implica ainda o pagamento de um encargo de potência mensal, indivisível, em função da potência contratada.
11. Nos fornecimentos isolados e de caráter temporário ou provisório em BT, por períodos inferiores a 30 dias, praticar-se-ão as taxas referentes a fornecimentos com caráter de continuidade agravadas em 50 %;
12. Pela utilização de contadores nos fornecimentos previstos no número anterior é devida uma taxa por dia

indivisível e contador, a qual será determinada dividindo por seis a taxa mensal de potência em vigor para potências contratadas até 20,7 kVA, no caso de contadores fixos, ou dividindo por três a mesma taxa tratando-se de contadores portáteis;

13. É fixada em 20 kWh a quantidade mínima a fornecer por requisição, em ligações temporárias e de caráter provisório;
14. O tarifário a praticar pela autoridade portuária em conformidade com as regras atrás definidas será publicitado através dos meios normais e atualizado pela mesma via sempre que se verifiquem alterações no Sistema Tarifário de Venda de Energia Elétrica da ERSE.
15. Às taxas aplicadas no ponto 6 acresce ainda uma taxa unitária, denominada Imposto sobre o Consumo de Energia Elétrica, consagrado no Artigo 132.º da Lei n.º 64-B/2011 (LOE - Lei do Orçamento do Estado para 2012) e quantificado no Artigo 6.º da Portaria n.º 320-D/2011, ambos datados de 30 de dezembro de 2011. Este imposto irá incidir mensalmente, em cada instalação e para todas as potências contratadas, sobre a totalidade da energia elétrica consumida (kWh), como tarifa simples ou tarifa tri-horária.